

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO UM DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Marilúcia de Menezes Rodrigues*

ABSTRACT

This work analyses the extension programme evaluation that has been carry out since 1993 in foruns of the Pró-reitors for extension programme of the brazilian public universities. At the presente time, the evaluation of the extension programme is a challenge for the institution in the sence that principles shoud be established to guide the process. The forum considers that the inclusion of extension programmes, as a parameter for evoluation of universities, implies that this activitis part of the academic work, which is to be understood as an organic and continuos process. From this stand point, extension programme turns to be understood as a educative, cultural, tecnicall scientific process, articulating teaching a research in a integrated way and, also guarantying the relationship that promotes changes between university and society.

Key-words: University - Extension - Assessment

RESUMO

O trabalho analisa a avaliação da extensão como parte das discussões dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras desde 1993. Atualmente, a avaliação das atividades de extensão representa um desafio para as universidades no sentido de definir critérios que possibilitem, pela avaliação interna, estabelecer

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Mestrado em Metodologia do Ensino Superior do Centro Universitário do Triângulo.

princípios para nortear o processo de avaliação da extensão universitária. O Fórum considera que a inclusão da extensão, como um dos parâmetros de avaliação da universidade, pressupõe considerar esta atividade como parte do fazer acadêmico que deve ser entendido como um processo orgânico e contínuo. E nessa perspectiva a extensão passa a ser entendida como um processo educativo, técnico e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Palavras-chaves: Universidade - Extensão – Avaliação

Atualmente, a avaliação institucional da universidade é um processo complexo. Entretanto, não podemos deixar de considerar que representa um momento muito importante de auto-conhecimento, de pontuação de suas funções face a este novo momento histórico, pelo qual passa a sociedade como um todo. No contexto da avaliação não podemos perder a dimensão da continuidade desse processo, que deve ser, antes de tudo, uma prática no cotidiano das nossas universidades.

Neste sentido, acreditamos que a avaliação deve buscar, processualmente, conduzir as políticas institucionais e contribuir para que as distorções sejam corrigidas.

A avaliação pressupõe um processo sistemático, planejado e dirigido. Desta forma, as informações precisam propiciar dados que possam balizar uma tomada de decisões racionais e inteligentes, que apontem alternativas de soluções para problemas, e, dessa forma, promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de resultados.

Temos conhecimento de que as universidades brasileiras passam por um processo de avaliação legalmente imposto que tem uma repercussão forte nos meios de comunicação. Entretanto, não podemos deixar de pontuar que o modelo que se apresenta, no momento atual, é um modelo pensado por um grupo restrito, e que suas diretrizes estão pautadas por princípios competitivos, punitivos,

destituídas de momentos de análise e de discussões com as instituições envolvidas. São representativos desta situação, o Exame Nacional de Cursos - PROVÃO, as Comissões de Especialistas para Avaliação de Cursos, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras- PAIUB.

Face a essa distorção, está posto para as universidades um grande desafio, qual seja, o de construir o seu modelo de Avaliação Institucional que vá de encontro a sua missão institucional, à proposta pedagógica, de modo que contemple a integração de suas funções básicas, do ponto de vista do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nesta compreensão, pressupomos que a preocupação deva ser a de delimitar padrões que sejam definidos e aceitos pela própria instituição.

E aqui, cabe uma reflexão para a complexidade dessa ação, quando reportada à extensão. Essa atividade, historicamente, sempre ficou à margem do processo de discussão, quer seja no âmbito interno, quer no nível externo da universidade. O desafio imposto está em construir uma proposta que permita à extensão universitária possuir elementos de avaliação com critérios que possam, através da avaliação interna, oferecer subsídios capazes de contribuir para as distorções e para um procedimento adequado em relação aos objetivos institucionais.

Essa discussão não é recente. A avaliação da extensão universitária tem sido objeto de discussões e tem merecido lugar na pauta das reuniões do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Desde 1991, no V Encontro Nacional de Pró-Reitores, quando se trabalhou: "A Institucionalização da Extensão no contexto da Autonomia e sua Gestão Democrática", já apontava o tema avaliação, bem como os indicadores de extensão. Dentre as recomendações desse encontro destacam-se:

- quanto às diretrizes políticas:
 - "atividade de extensão deve ser submetida a um sistema de avaliação na universidade e de modo análogo às demais atividades fins, incluindo a participação de setores da comunidade externa envolvidos nesse processo".

– quanto às estratégias:

- “promover eventos internos e externos que sirvam de espaço para debates e avaliações sobre Extensão pelas Unidades Acadêmicas;
- promover estudos e programas de avaliação que permitam demonstrar à sociedade a amplitude do trabalho extensionista”.

Em junho de 1993, o VII Encontro Nacional, realizado em Cuiabá, teve como tema: “Avaliação da Extensão no contexto da Autonomia Universitária”. O encontro significou um avanço na abordagem das atividades de extensão, e estabeleceu os princípios norteadores para o processo de avaliação.

Desse evento foram extraídos os seguintes princípios:

- extensão Universitária é processo educativo, científico e cultural;
- extensão Universitária deve caminhar articulada com o ensino e a pesquisa;
- extensão universitária articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido da transformação social.

Extraiu-se, também, que a avaliação da extensão, bem como a de seus órgãos, deve considerar a sua institucionalização nos níveis do ministério da Educação -MEC, Instituições e abordar três aspectos: o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão; o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades e os processos, métodos e instrumentos de avaliação.

No processo de avaliação, as definições políticas de extensão devem ser claras, bem como a conceituação, a tipologia das atividades, as informações registradas nos bancos de dados sobre o que foi desenvolvido, incluindo os programas de fomento e de bolsas.

Os impactos sociais das atividades de extensão, também, devem ser avaliados, através de uma análise sobre relevância social, econômica e política dos problemas abordados, identificação dos segmentos sociais, grau de integração com os órgãos públicos e privados e segmentos organizadores da sociedade, objetivos alcançados

no nível de repercussão, apropriação, utilização e reprodução dos conhecimentos pelos parceiros, efeito das atividades acadêmicas da interação social resultante das atividades de extensão e níveis de transformação dos indicadores sociais, resultantes destas atividades.

Em referência aos métodos, as recomendações ao programa de ação do Fórum se voltam para incentivar e subsidiar, através do apoio técnico-político, o início do processo de avaliação, contemplando a formalização das atividades de extensão, através de instrumentos específicos (propostas de projetos), com indicativos de objetivos, metas, público, cronograma, executor, custos e resultados, envolvimento com as instâncias acadêmicas para análise e avaliação dos projetos, contando com consultores *ad hoc*, internos e externos à Universidade, participação dos parceiros envolvidos nas atividades de avaliação dos projetos e na definição da abrangência institucional, instâncias e pessoas que coordenam o processo.

Em 1999, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, tendo como referência o perfil acadêmico e o papel social da Universidade, e, ainda considerando os desafios das universidades no tocante à busca da qualidade científica, tecnológica, artística e cultural, exigidos pela nova ordem mundial, considerou a necessidade da articulação da Universidade no processo nacional, para, junto com a sociedade, desenvolver ações de promoção e garantia dos valores democráticos de igualdade e de desenvolvimento social. Neste sentido, aponta a necessidade da valorização e do reconhecimento da extensão como parte do fazer acadêmico.

Isto pode ser compreendido a partir da conceituação precisa de extensão, expressa desde 1987, na criação do I Encontro do Fórum:

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será

acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes, sistematizado-acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

O tratamento conceitual expressa uma nova postura de universidade frente à sociedade. Através da sua função primeira, qual seja, a de produtora e de socializadora do conhecimento, possibilita, através de uma intervenção na realidade, acordos e ações coletivas com a sociedade. A extensão aparece numa outra dimensão, onde filosofia, política, democratização, metodologia, são maneiras de um tratamento que permite à universidade voltar-se para os problemas sociais, buscando, através da pesquisa básica e aplicada, soluções para esses problemas, o que vem propiciar um novo redimensionamento ao processo ensino-aprendizagem.

No momento em que a extensão passa a ser parte do pensar e do fazer da universidade, a institucionalização dessas atividades remete à urgência de um novo redirecionamento da política da universidade. Portanto, uma compreensão de que a institucionalização pressupõe uma luta para que se concretize a nova forma do fazer universitário, tanto do ponto de vista administrativo, quanto do acadêmico, torna-se conseqüente a adoção de medidas e de outras formas de redirecionar a política da universidade.

Ao reconhecer o compromisso social da universidade, efetivamente, a extensão se coloca como prática acadêmica que busca interligar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade. Isto significa promover e garantir os valores democráticos de igualdade e de desenvolvimento social.

Do ponto de vista da pesquisa, novos horizontes se abrem no sentido de possibilidades de articulação do trabalho produzido na universidade com os amplos segmentos sociais. Neste sentido, são priorizadas novas metodologias capazes de, através da criação e da

recriação de conhecimentos, facilitar o movimento de transformações na sociedade. Aqui, está presente o interesse da utilização das metodologias participativas, do diálogo, da criação e da recriação de conhecimentos capazes de contribuir para a transformação social. O diálogo será a forma condutora da identificação do que será pesquisado, do para quê se pesquisa, qual a finalidade e quais os interesses que conduzem à busca de novos conhecimentos.

Por outro lado, o ensino é compreendido a partir de uma nova visão de sala de aula. Supera-se a visão tradicional, para considerar todos os espaços dentro e fora da universidade. É uma outra maneira de conceber o processo histórico-social, onde os conteúdos passam a ser vistos na forma tríplice: multi, inter e transdisciplinar.

Desta forma, o Fórum, centrado no papel social da extensão e, tendo presente o desafio dos impactos que se coloca à universidade, vistos em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, entende que a extensão deva passar a ser objeto de um processo institucional de valorização e de reconhecimento da vida acadêmica.

Nesses termos, para o Fórum, a extensão precisa ser incluída como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade. Assim, o Plano Nacional de Extensão- 1999-2001, expressa em seus objetivos a necessidade de:

- *tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão Universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;*
- *criar condições para a Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas.*

Ainda para o Fórum, o trabalho acadêmico é compreendido na dimensão orgânico-processual, o que pressupõe considerá-lo desde a produção, a sistematização do conhecimento, chegando até a fase dos resultados. Nesse processo, a indissociabilidade entre ensino e extensão possibilita a transformação no processo pedagógico, onde alunos e professores tornam-se sujeitos do ensinar e do aprender,

alcançando a socialização do saber.

A extensão como prática acadêmica, sem dúvida, está centrada na articulação das atividades de ensino e de pesquisa e sintonizada com as demandas da sociedade. Nessa simbiose, as mudanças no processo pedagógico são viabilizadas, tendo em vista a conseqüente democratização do saber através da participação da sociedade no mundo acadêmico. Nesse sentido, a extensão se coloca como prática viabilizadora e favorece a operacionalização teoria-prática, o que permite um intercâmbio do saber produzido no interior da universidade com os outros saberes.

Ao se articular com a pesquisa, a relação está presente quando a produção desse conhecimento é capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade. Portanto, nesses movimentos de articulação, a extensão torna-se o elo capaz de operacionalizar a relação teoria-prática, ou seja, a troca entre o saber acadêmico e o saber popular.

Contudo, sabemos dos limites da extensão. Embora reconhecida nos documentos oficiais, a extensão não tem conseguido seu desempenho enquanto atividade fim. A extensão vem acontecendo de forma marginalizada, visivelmente sentida na falta de recursos financeiros, na forma tênue de sua institucionalização. Também a carência de recursos humanos tem dificultado a sua ação. É inexpressiva a participação de docentes, de discentes e de técnico-administrativos nas atividades de extensão. De outro lado, ainda é insuficiente o seu reconhecimento enquanto função institucional da universidade, embora tratada, no nível do discurso, como indissociada ao ensino e à pesquisa.

Consequentemente, não é simples propor um modelo de avaliação das atividades de Extensão.

Somente em 1999, é que a avaliação da extensão universitária passou a ser objeto de pauta urgente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão. A partir desse momento é que a avaliação das atividades universitárias passa a ter um outro sentido. Passa a ser exigência do ponto de vista da manutenção da qualidade e do compromisso da sua função social, requerendo a renovação do seu papel. Aqui, se compreende o sentido da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão, e o papel da produção do conhecimento como consequência dessa indissociabilidade.

Sabemos que avaliação significa revisão criteriosa do conceito de qualidade, vista no contexto das mudanças significativas do mundo atual, tomando dimensões profundas, se atrelada ao padrão de qualidade de desempenho da universidade como um todo.

Tradicionalmente, a universidade sempre foi avaliada pela sua produção científica, ou seja, no âmbito da pesquisa. Entretanto, a percepção de que outras formas de conhecer, de perceber e de sentir o mundo, não pode ser desconsiderada. A presença dos novos segmentos sociais, a cultura de massas, dentre outros, são definidores no sentido de colocar a universidade frente a uma nova reflexão do seu papel e da sua responsabilidade social. Nessa perspectiva, a extensão se coloca como alternativa de propiciar uma nova definição da forma de entender o processo de produção do conhecimento.

Precisamos, também, considerar que a avaliação é um instrumento metodológico, dinâmico, que busca corrigir distorções na produção do conhecimento, definir direcionamentos garantidores de padrões de qualidade, e oferecer subsídios para a determinação de prioridades nos campos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

A Avaliação da Extensão está atrelada à função da Universidade na sociedade. Esta é a grande questão. E para avaliar a extensão universitária é preciso que se faça o contradiscurso no sentido de se ter clareza quanto à sua definição na Universidade, a seus objetivos culturais e sociais, às áreas do conhecimento, à inserção do currículo e à ligação universidade-comunidade.

BIBLIOGRAFIA

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Relatórios e Anais dos Encontros Nacionais, 1987- 1999.*

_____. *Programa Universidade Cidadã. Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão, 1997.*

_____. *Plano Nacional de Extensão (1999-2000). Fórum Nacional de Pró-*

Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1999.

_____. *Avaliação da Extensão Universitária*. GT sobre a Avaliação Institucional da Extensão. Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras.